



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"Casa de Félix Araújo"  
GABINETE DO VEREADOR OLÍMPIO OLIVEIRA

Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_/2025  
Campina Grande, 03 de setembro de 2025

**EMENTA:** Dispõe sobre a regularização da numeração dos imóveis residenciais e comerciais no município de Campina Grande e dá outras providências.

**Art. 1º.** É obrigatória a colocação da numeração nos imóveis residenciais e comerciais, por parte do morador e/ou locatário, conforme o número oficial definido pela Prefeitura Municipal em local visível e acessível a todos a partir da via pública, no muro do alinhamento ou na fachada do imóvel.

**Parágrafo Único.** A identificação numérica dos imóveis deverá obedecer ao tamanho mínimo de 15 (quinze) centímetros de altura e 10 (dez) centímetros de largura, devendo ser fixada em local visível.

**Art. 2º.** O morador e/ou locatário poderá confeccionar o número de forma artesanal, utilizando tinta ou material similar, desde que assegure total legibilidade.

**Art. 3º.** Os proprietários de imóveis terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições nela previstas.

**Parágrafo Único.** Decorrido o prazo estabelecido no caput, a Prefeitura Municipal aplicará multa correspondente a 1 (uma) Unidade Fiscal de Campina Grande.

**Art. 4º.** Compete ao Poder Executivo divulgar as informações à população sobre as exigências relativas ao prazo, às dimensões da numeração e às penalidades previstas nesta Lei.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, em 03 de setembro de 2025.

OLÍMPIO OLIVEIRA  
Vereador de Campina Grande





**ESTADO DA PARAIBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"Casa de Félix Araújo"  
GABINETE DO VEREADOR OLÍMPIO OLIVEIRA**

**JUSTIFICATIVA**

A Lei Municipal nº 4.129/2003, que institui o Código de Posturas de Campina Grande, estabelece, em seu artigo 271, parágrafo único, que "competirá ao Município a definição e a alteração dos números das edificações, ficando os proprietários incumbidos da colocação dos números".

É nesse contexto que se insere o presente Projeto de Lei, ao estabelecer critérios objetivos e prazos definidos para o cumprimento dessa obrigação, além de fixar parâmetros mínimos de metragem para a identificação numérica e prever sanções em caso de descumprimento. Busca-se, portanto, dar efetividade ao que já está previsto na legislação municipal, garantindo que a numeração dos imóveis cumpra, de fato, a sua função social.

Quem nunca enfrentou dificuldades ao procurar um endereço cujo número não existia ou não estava visível? Trata-se de situação corriqueira em Campina Grande. Muitos imóveis apresentam numeração em locais de difícil acesso ou até mesmo no interior da edificação, o que inviabiliza a identificação imediata a partir da via pública. Tal problema é vivenciado diariamente por profissionais dos Correios, serviços de entrega, forças policiais, oficiais de justiça, prestadores de serviços públicos e privados, além dos próprios cidadãos que se deslocam pela cidade.

O objetivo desta proposição é facilitar a vida tanto dos moradores quanto dos trabalhadores que necessitam localizar imóveis de maneira rápida e eficiente. A ausência de numeração visível gera transtornos, atrasa a entrega de correspondências e mercadorias, dificulta a prestação de serviços públicos e pode comprometer até mesmo situações emergenciais, como o atendimento pelo Samu ou pela Polícia Militar. Um simples número fixado em local adequado pode representar economia de tempo, maior eficiência e até mesmo salvar vidas.

**Constitucionalidade, legalidade, conveniência e relevância**

A proposta encontra respaldo na competência legislativa municipal para tratar do ordenamento urbano e do interesse local, conforme previsto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como no artigo 271 do Código de Posturas do Município. Trata-se, portanto, de iniciativa juridicamente legítima, que não afronta princípios constitucionais nem invade competência de outros entes federativos.





**ESTADO DA PARAIBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"Casa de Félix Araújo"  
GABINETE DO VEREADOR OLÍMPIO OLIVEIRA**

Do ponto de vista da legalidade, a medida apenas regulamenta e dá efetividade a obrigação já prevista em lei municipal, estabelecendo parâmetros claros e sanções proporcionais.

No aspecto da conveniência, a proposição responde a uma demanda real da população e dos prestadores de serviços, evitando transtornos cotidianos e promovendo maior organização urbana.

Quanto à relevância, a medida representa benefício direto e imediato à coletividade, pois reforça a segurança, facilita o trabalho de entrega e localização e contribui para a eficiência de serviços públicos essenciais. Ademais, acrescente-se que o comando legal não representa qualquer medida de grande complexidade ou custo para sua efetivação.

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, legalidade, conveniência e relevância, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, por se tratar de uma iniciativa justa, útil e de grande interesse público.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, em 03 de setembro de 2025.

**OLÍMPIO OLIVEIRA**  
Vereador de Campina Grande

